

Praia Clube

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado do período	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas do
Praia Clube
Uberlândia - MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Praia Clube (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do parágrafo 1 e pelos efeitos do parágrafo 2 dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Praia Clube, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme nota explicativa 18, a Associação possui no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, provisão de contingência no montante de R\$ 12.108 mil (R\$ 10.865 mil em 2017) referente a processo judicial em andamento sobre tributação da COFINS de suas receitas relativas as atividades não-próprias. No entanto, a provisão registrada pela administração está sendo feita considerando o regime de tributação da COFINS na forma cumulativa, aplicando alíquota de 3% sobre suas receitas consideradas não-próprias, e não considera os dispositivos da Lei 10.833 de 2004 que trouxe o regime não-cumulativo, determinando como regra geral alíquota de 7,6% sobre as receitas das empresas, pela metodologia de apuração da não cumulatividade. Até o encerramento de nossa auditoria, não estava disponível suporte legal que ampara a aplicação do regime cumulativo de



cálculo da COFINS aplicando-se a alíquota de 3% das receitas não próprias conforme legislação vigente. Em decorrência desse assunto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo de provisão de contingência em 31 de dezembro de 2018, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e de anos anteriores. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

2. Conforme nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 71.737 mil (R\$ 73.175 mil em 2017) e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 5.901 mil (R\$ 6.057 mil em 2017). A Associação não efetuou desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos a revisão da vida útil do ativo imobilizado. De acordo com o CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, seção 17, a Associação deve revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 05 de fevereiro de 2019

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O-4 F-MG

Fábio Elias

Fábio Roberto Elias Tymburibá
Contador CRC 1SP214859/O-0

Praia Clube

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
<i>Circulante</i>				<i>Circulante</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.188	23.308	Fornecedores	15	1.301	1.800
Contas a receber de sócios e outros recebíveis	8	1.397	1.527	Obrigações trabalhistas	16	3.652	3.631
Estoque	9	791	664	Obrigações tributárias		275	296
Adiantamentos diversos	10	723	520	Implantação projeto de iluminação LED	17	1.064	1.064
Outros créditos	11	<u>1.095</u>	<u>797</u>	Outros passivos		<u>188</u>	<u>153</u>
Total do ativo circulante		<u>28.194</u>	<u>26.816</u>	Total do passivo circulante		<u>6.480</u>	<u>6.944</u>
<i>Não circulante</i>				<i>Não circulante</i>			
<i>Realizável a longo prazo</i>				<i>Implantação projeto de iluminação LED</i>			
Contas a receber de sócios e outros recebíveis	8	158	182	Implantação projeto de iluminação LED	17	1.595	2.659
Depósitos judiciais	12	<u>12.563</u>	<u>11.062</u>	Provisão para contingências	18	14.737	13.100
				Receitas diferidas		<u>36</u>	<u>47</u>
				Total do passivo não circulante		<u>16.368</u>	<u>15.806</u>
				Total do passivo		<u>22.848</u>	<u>22.750</u>
Imobilizado	13	71.737	73.175	Patrimônio líquido	19		
Intangível	14	<u>592</u>	<u>581</u>	Ações		9.211	9.211
Total do ativo não circulante		<u>85.050</u>	<u>85.000</u>	Superávit acumulado		<u>81.185</u>	<u>79.855</u>
Total do ativo		<u>113.244</u>	<u>111.816</u>	Total do patrimônio líquido		<u>90.396</u>	<u>89.066</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>113.244</u>	<u>111.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Praia Clube

Demonstrações do resultado do período

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas			
Manutenção	20	50.010	50.643
Líquida por venda de produtos	20	5.943	6.542
Líquida por venda de serviços	20	7.629	7.721
Publicidade e patrocínios	20	9.562	8.488
Outras receitas	21	933	1.161
		<u>74.077</u>	<u>74.555</u>
Custos e despesas operacionais	22		
Custos com produtos vendidos		(2.849)	(3.199)
Despesas gerais e administrativas		(70.315)	(65.976)
Despesas tributárias		(684)	(715)
		<u>(73.848)</u>	<u>(69.890)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>229</u>	<u>4.665</u>
Receita (despesas) financeiras, líquidas	23	<u>1.101</u>	<u>1.313</u>
Superávit líquido do exercício		<u><u>1.330</u></u>	<u><u>5.978</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Praia Clube

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit líquido do exercício	<u>1.330</u>	<u>5.978</u>
Superávit abrangente total do exercício	<u>1.330</u>	<u>5.978</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Praia Clube

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Títulos Patrimoniais	Ações Tesouraria	Superávit Acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	<u>10.750</u>	<u>(1.539)</u>	<u>73.877</u>	<u>83.088</u>
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.978</u>	<u>5.978</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>10.750</u>	<u>(1.539)</u>	<u>79.855</u>	<u>89.066</u>
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.330</u>	<u>1.330</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>10.750</u>	<u>(1.539)</u>	<u>81.185</u>	<u>90.396</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Praia Clube

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.330	5.978
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.104	6.225
Valor residual do imobilizado e intangível baixado	1.103	247
Provisão para contingência	1.637	1.714
Sub total	<u>10.174</u>	<u>14.164</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de sócios e outros recebíveis	154	(44)
Estoque	(127)	195
Adiantamentos diversos	(203)	(80)
Depósitos judiciais	(1.501)	(1.535)
Outros créditos	(298)	(123)
Fornecedores	(499)	506
Obrigações trabalhistas	21	237
Obrigações tributárias	(21)	66
Outros passivos	35	(30)
Receitas Diferidas	(11)	47
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>7.724</u>	<u>13.403</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(5.780)</u>	<u>(2.954)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5.780)</u>	<u>(2.954)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos da implantação projeto de iluminação LED	<u>(1.064)</u>	<u>(1.064)</u>
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	<u>(1.064)</u>	<u>(1.064)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>880</u>	<u>9.385</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.308	13.923
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>24.188</u>	<u>23.308</u>
	<u>880</u>	<u>9.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

O PRAIA CLUBE é uma pessoa jurídica de direito privado, constituindo-se em uma “Associação”, pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, empreendendo atividades esportivas, sociais, culturais e recreativas, fundada em 10 de julho de 1935, sediada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, cuja administração é regida por estatuto.

Localizado às margens do rio Uberabinha, em uma área aproximada de 303 mil m², o Clube possui uma moderna infraestrutura para atividades esportivas, culturais, sociais e de lazer, como: salões de festas, restaurantes, lanchonetes, quadras esportivas, pista de atletismo, academias, bosque, saunas feminina e masculina, parques aquáticos, piscinas aquecidas, arena multiuso, além da Área de Preservação Permanente (APP). Hoje, o esporte praiano é conhecido e valorizado tanto nacional quanto internacionalmente.

A Diretoria é composta por 17 sócios acionistas ou proprietários e por um Conselho Fiscal com mais 09 membros, sócios acionistas ou proprietários, eleitos de três em três anos, em Assembleia Geral Ordinária, em ocasião ou data previamente designada pelo Estatuto, mediante votação por escrutínio secreto.

A Associação conta com mais de 600 colaboradores, que são distribuídos em 14 áreas gerenciais, para atender os mais de 40 mil associados e seus convidados.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2019.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua e essas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas Notas Explicativas nºs 12 e 18 - Depósitos judiciais e provisão para contingências.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As incertezas sobre premissas e estimativas que possam risco de resultar em ajuste em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- **Nota Explicativa nº 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Associação aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata, cujo resgate pode ser realizado em período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

A Associação não tem como prática a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

A Associação classifica ativos financeiros não derivativos na categoria de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Associação classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

c. Contas a receber e outros créditos

As contas a receber são avaliadas inicialmente pelo montante original da venda de joias (valor a pagar pelo associado no momento inicial para adesão ao clube), contribuições de sócios e escolinhas e, quando aplicáveis, são acrescidos de encargos, multa e juros. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição, apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, e referem-se a materiais de consumo e revenda, empregados nas atividades operacionais da Associação.

e. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e variações monetárias auferidas e provisão para perdas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzido de depreciação acumulada.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado nas taxas aplicadas conforme legislação fiscal vigente. A depreciação é reconhecida no resultado.

Terrenos não são depreciados; a depreciação dos outros ativos é calculada pela taxa anual de depreciação prevista na legislação fiscal, como segue:

	Anos
Edificações e construções	25
Máquinas, equipamentos e aparelhos	10
Equipamentos e instalações de processamento dados	5
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

g. Ativos intangíveis - Softwares

Licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil, definida conforme legislação fiscal vigente, estimada em cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Associação, são reconhecidos como ativos intangíveis quando atendem aos critérios definidos pelo CPC PME.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

h. Fornecedores

Referem-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Receitas operacionais

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber dos sócios contribuintes e de serviços no curso normal das atividades da Associação.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, quando critérios específicos tiverem sido atendidos conforme descrição a seguir:

Manutenção

As contribuições dos sócios são devidas e registradas mensalmente para manutenção das atividades sociais do Clube.

Recursos de patrocínio e publicidade

Referem-se aos recursos contratuais firmados com diversas empresas. São denominados “recursos de patrocínio” os contratos que têm como objeto o patrocínio para as equipes esportivas e para a área de Cultura e Lazer da Entidade, e “recursos de publicidade” os contratos de locação de espaço publicitário.

Venda de produtos e serviços

As receitas de vendas de produtos e serviços somente são reconhecidas quando os benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras compreendem:

- Receita de rendimento sobre aplicações financeiras; e
- Atualização de tributos e trabalhistas.
- Juros recebidos locações e publicidades

l. Tributos incidentes sobre as operações

O Praia Clube é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Em relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de

empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras; (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a entidade está questionando a incidência da COFINS sobre as receitas denominadas como contra prestações diretas, conforme Instrução Normativa nº 247/02, por entender que essas receitas são isentas, e as deposita judicialmente conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 e nº 18; e (e) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - 2% a 5% incidentes sobre as receitas de cursos, eventos e patrocínios dos eventos.

m. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui rendimentos, encargos e variações monetárias a índices e taxas oficiais incidentes sobre os ativos e os passivos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	366	258
Aplicações financeiras	23.822	23.050
Total	24.188	23.308

As aplicações financeiras são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

8 Contas a receber de sócios e outros recebíveis

		2018	2017
Joias a receber	(b)	710	793
Contribuições a receber	(a)	675	725
Esportivas a receber	(c)	26	25
(-) Provisão para perdas		(14)	(16)
Total circulante		1.397	1.527
Joias a receber	(b)	161	186
(-) Provisão para perdas		(3)	(4)
Total não circulante		158	182

- (a) Saldo a receber referente a contribuições a pagar por sócios contribuintes.
- (b) Valores a receber referentes a “joias” vendidas para sócios contribuintes.
- (c) Saldo referente às mensalidades esportivas que são oferecidas aos associados (escolinhas de futebol, tênis, musculação, etc).

9 Estoques

	2018	2017
Bar e restaurante	146	113
Material de consumo	<u>645</u>	<u>551</u>
Total	<u>791</u>	<u>664</u>

10 Adiantamentos diversos

	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	322	113
Adiantamentos a empregados	<u>401</u>	<u>407</u>
Total	<u>723</u>	<u>520</u>

11 Outros créditos

	2018	2017
Créditos a receber	921	689
Cheques pendentes	20	18
Reembolso de seguros	116	43
Despesas a apropriar	37	47
Impostos a recuperar	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.095</u>	<u>797</u>

12 Depósitos judiciais

	2017				2018			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
COFINS (a)	5.305	823	-	6.128	6.128	804	-	6.932
Atualização COFINS (b)	3.477	546	-	4.023	4.023	413	-	4.436
INSS (c)	551	165	-	716	716	189	-	905
Trabalhistas	125	12	(20)	117	117	109	(22)	204
Taxa incêndio (d)	67	8	-	75	75	8	-	83
Bloqueios judiciais	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>(3)</u>	<u>3</u>
Total	<u>9.527</u>	<u>1.555</u>	<u>(20)</u>	<u>11.062</u>	<u>11.062</u>	<u>1.526</u>	<u>(25)</u>	<u>12.563</u>

- (a) Depósito judicial referente a contestação judicial da incidência da COFINS sobre as receitas de bares, restaurantes, promoções esportivas e rendas diversas, além da majoração da alíquota desse tributo, de 2% para 3%.
- (b) Atualização pela taxa Selic do depósito descrito (a).
- (c) Depósito judicial referente a liminar para suspensão da contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos empregados a título de 1/3 de férias, os 15 primeiros dias de afastamento antes da percepção de auxílio-doença ou auxílio-acidente e aviso prévio indenizado.
- (d) Depósito judicial referente ao mandado de segurança coletivo contra o ato do Secretário de Estado da Fazenda de MG, contestando a exigência do pagamento da taxa de segurança pública pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio, instituída em 2003.

13 Imobilizado

	2017					2018				
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final
Custo										
Terrenos	14.242	-	-	-	14.242	14.242	890	-	-	15.132
Edifícios e construções	71.754	10	686	-	72.450	72.450	-	2.255	(28)	74.677
Máquinas e equipamentos	10.116	214	(111)	(54)	10.165	10.165	430	8	(1.880)	8.723
Instalações	14.879	26	32	(25)	14.912	14.912	55	443	(2.362)	13.048
Móveis e utensílios	2.932	89	74	(189)	2.906	2.906	223	-	(1.398)	1.731
Utensílios bar e restaurante	299	-	-	(9)	290	290	-	-	(290)	-
Veículos	579	-	-	(39)	540	540	-	-	(16)	524
Equipamentos e ferramentas	2	-	-	-	2	2	-	-	-	2
Equipamentos instalações process. dados	2.674	354	289	(5)	3.312	3.312	293	950	(707)	3.848
Adiantamentos	-	590	-	(198)	392	392	419	-	(780)	31
Obras em andamento	167	1.488	(953)	(1)	701	701	3.358	(3.758)	(104)	197
Total do custo	117.644	2.771	17	(520)	119.912	119.912	5.668	(102)	(7.565)	117.913
Depreciação										
Edificações e construções	(24.390)	(3.341)	-	-	(27.731)	(27.731)	(3.441)	-	12	(31.160)
Maquinas e equipamentos	(4.857)	(832)	(2)	37	(5.654)	(5.654)	(811)	-	1.790	(4.675)
Instalações	(6.964)	(1.364)	23	20	(8.285)	(8.285)	(993)	-	2.304	(6.974)
Móveis e utensílios	(2.351)	(137)	(6)	174	(2.320)	(2.320)	(122)	-	1.344	(1.098)
Utensílios bar e restaurante	(299)	-	-	9	(290)	(290)	-	-	290	-
Veículos	(364)	(67)	-	39	(392)	(392)	(59)	-	16	(435)
Equipamentos instalações process. dados	(1.722)	(316)	(32)	5	(2.065)	(2.065)	(475)	-	706	(1.834)
Total da depreciação	(40.947)	(6.057)	(17)	284	(46.737)	(46.737)	(5.901)	-	6.462	(46.176)
Imobilizado líquido	76.697	(3.286)	-	(236)	73.175	73.175	(233)	(102)	(1.103)	71.737

14 Intangível

	2017					2018				
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final
Custo										
Marcas e patentes	8	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-
Direito/licença de uso de <i>software</i>	1.402	159	(17)	-	1.544	1.544	112	102	(228)	1.530
Franquias	-	24	-	-	24	24	-	-	-	24
Adiantamentos	3	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-
Total do custo	1.413	183	(17)	(11)	1.568	1.568	112	102	(228)	1.554
Amortização										
Direito/licença de uso de <i>software</i>	(836)	(163)	17	-	(982)	(982)	(198)	-	228	(952)
Franquias	-	(5)	-	-	(5)	(5)	(5)	-	-	(10)
Total da amortização	(836)	(168)	17	-	(987)	(987)	(203)	-	228	(962)
Intangível líquido	577	15	-	(11)	581	581	(91)	102	-	592

15 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores de produtos	517	916
Fornecedores de serviços	784	884
Total	1.301	1.800

16 Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Provisão de férias e encargos incidentes	2.722	2.718
Encargos sociais sobre salários	920	895
Outras obrigações	10	18
Total	3.652	3.631

17 Implantação projeto de iluminação LED

Trata-se de dois contratos de desempenho, um celebrado com a CEMIG Distribuição e outro com a EFFICIENTIA, no montante de R\$2.659 (R\$ 3.723 em 2017), sendo R\$ 1.064 (R\$ 1.064 em 2017) no classificados no curto prazo e R\$ 1.595 (R\$ 2.659 em 2018) no longo prazo, considerando a Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e o Art. 5º da Resolução ANEEL nº 300 de 12 de fevereiro de 2008.

Constitui contrato para modernização do atual sistema de iluminação através da utilização de lâmpadas de tecnologia LED, visando à racionalização do uso da energia elétrica, à redução de gastos com energia e manutenção, bem como à melhoria da qualidade da iluminação nas instalações do Clube, conforme previsto no Certificado de Término as Instalações (CTI) e no Certificado de Ajuste de Faturamento (CAF). O contrato foi firmado em 61 parcelas com vencimento em julho de 2021.

18 Provisões para contingências

	2017			2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
COFINS (a)	9.475	1.390	-	10.865	10.865	1.243	-	12.108
INSS (b)	561	164	-	725	725	194	-	919
Trabalhistas	149	20	(66)	103	103	80	(67)	116
Taxa incêndio (c)	67	8	-	75	75	7	-	82
Honorários advocatícios	1.134	198	-	1.332	1.332	180	-	1.512
Total	11.386	1.780	(66)	13.100	13.100	1.704	(67)	14.737

- (a) Refere-se à provisão de contingência do processo judicial da COFINS, o qual está sendo reconhecido no resultado desde 1999, e vêm sendo feitos depósitos judiciais enquanto o processo está em discussão e atualização pela taxa SELIC. A Associação questiona judicialmente a tributação da COFINS de suas receitas relativas as atividades não-próprias, que entre outras compreendem receitas auferidas nos bares, restaurantes e patrocínios. A Administração calcula e deposita judicialmente COFINS de forma cumulativa aplicando alíquota de 3% sobre suas receitas consideradas não-próprias.
- (b) Refere-se à provisão para contingência do processo pela liminar para suspensão da Contribuição Previdenciária incidente sobre os valores pagos aos empregados a título de 1/3 de férias, os 15 primeiros dias de afastamento antes da percepção de auxílio-doença ou auxílio-acidente e aviso prévio indenizado, e que está sendo reconhecido no resultado deste outubro de 2012.
- (c) Refere-se a mandado de segurança coletivo contra o ato do Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais, contestando a exigência do pagamento da taxa de segurança pública pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio instituída em 2003.

Contingências possíveis

Embora nenhum passivo tenha sido reconhecido sobre contingências possíveis por não ser provável uma saída de recursos, caso a defesa contra a ação não tenha sucesso, os processos podem totalizar R\$ 20.000, referente a reclamações trabalhistas. Baseada na opinião da assessoria legal em 2018, a Administração acredita que a defesa contra a ação será bem-sucedida.

19 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio é composto por 2.975 ações patrimoniais, e, dessas, 57 ações estão em tesouraria. Além disso, o patrimônio é acrescido dos saldos de superávits acumulados ao longo dos anos.

As 57 ações em tesouraria têm valor fixo de R\$ 27 cada. O restante das ações patrimoniais (2.918 ações) não possui valores nominais fixos.

As ações estão divididas entre sócios acionistas ou proprietários, tendo o seu número limitado e seus direitos, suas atribuições, suas vantagens ou suas prerrogativas e suas obrigações previstos e determinados em Estatuto.

20 Receitas

	2018	2017
<i>Manutenção (a)</i>	50.010	50.643
Joias	1.811	2.039
Mensalidades	47.067	47.425
Multa e juros sobre atraso de mensalidades	320	348
Sócios temporários e convites	736	719
Taxa de transferência	133	163
(-) Devoluções a sócios	(57)	(51)
<i>Líquida por venda de produtos</i>	5.943	6.542
Venda de produtos (b)	6.462	7.189
(-) Impostos sobre vendas/devoluções	(519)	(647)
<i>Líquida por venda de serviços</i>	7.629	7.721
Venda de serviços (c)	8.132	8.224
(-) Impostos sobre serviços/devoluções	(503)	(503)
Publicidade e patrocínios	9.562	8.488
Outras receitas (nota 21)	933	1.161
Total	74.077	74.555

- (a) A receita com manutenção refere-se às mensalidades pagas pelos sócios contribuintes e venda de joias, como também venda de convites e taxa de transferência de ações.
- (b) Proveniente das vendas efetuadas nos bares, restaurantes e na boutique do Clube. (A Boutique do Clube foi terceirizada a partir de maio/2017).
- (c) São receitas com mensalidades esportivas de escolinha, eventos sociais, serviços de saunas e sinuca.

21 Outras receitas

	2018	2017
Receita com renovação de documentos	179	217
Receita com aluguéis	574	749
Outras receitas e despesas líquidas	180	195
Total	933	1.161

22 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais do Praia Clube, são assim representados:

	2018	2017
Despesa com pessoal	(37.512)	(35.710)
Despesas com eventos esportivos e sociais	(13.573)	(12.007)
Manutenção, conservação e reparos	(1.715)	(1.201)
Energia elétrica	(2.438)	(2.273)
Serviços profissionais contratados	(3.762)	(3.409)
Depreciação e amortização	(6.104)	(6.225)

Material de limpeza	(1.861)	(1.709)
Outras despesas operacionais	<u>(3.350)</u>	<u>(3.442)</u>
Total Despesas Gerais e Administrativas	<u>(70.315)</u>	<u>(65.976)</u>
Despesas tributárias	<u>(684)</u>	<u>(715)</u>
Custos com produtos vendidos	<u>(2.849)</u>	<u>(3.199)</u>

23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2018	2017
Receitas de aplicações financeiras	1.121	1.320
Outras receitas financeiras	<u>3</u>	<u>1</u>
Receitas financeiras	<u>1.124</u>	<u>1.321</u>
Demais despesas financeiras	<u>(23)</u>	<u>(8)</u>
Despesas financeiras	<u>(23)</u>	<u>(8)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.101</u>	<u>1.313</u>

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis dos ativos e dos passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	2018	2017
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	24.188	23.308
Contas a receber de sócios e outros recebíveis (nota 8)	1.555	1.709
Depósitos judiciais (nota 12)	<u>12.563</u>	<u>11.062</u>
Total de Ativos Financeiros	<u>38.306</u>	<u>36.079</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores (nota 15)	1.301	1.800
Implantação Projeto LED (nota 17)	<u>2.659</u>	<u>3.723</u>
Total de Passivos Financeiros	<u>3.960</u>	<u>5.523</u>

Gerenciamento dos riscos financeiros - Estrutura

A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Associação.

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Associação está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

25 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, não existem transações com partes relacionadas e remunerações da Administração.

26 Cobertura de seguros

É política da Associação manter cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração perante os riscos envolvidos (incêndio, raios e explosões, vendavais, clubes e agremiações, ambientais, e atletas).

Em 31 de dezembro de 2018, a composição da cobertura de seguros contratados pela Associação para os referidos riscos perfazia os valores de R\$ 338.563.

- Responsabilidade civil - R\$ 20.000
- Patrimonial - R\$ 80.300
- Ambiental - R\$ 1.000
- Atletas - R\$ 237.263

* * *

Diretoria

Aldorando Dias de Sousa - Presidente
Carlos Augusto Ribeiro Ferreira Braga - 1º Tesoureiro

Contadora

Sueli Rodrigues Lemes
CRC MG-074.029/O-3